



**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2018
2º TRIMESTRE**

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa de Planejamento e Logística S.A. (EPL) é uma empresa pública federal vinculada à Secretaria Geral da Presidência da República por meio da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos, nos termos da Lei nº 13.334 de 13/09/2016, criada pela Lei Federal nº 12.404, de 04/05/2011, alterada pela Lei nº 12.743, de 19/12/2012, com sede em Brasília/DF, constituída sob a forma de sociedade por ações, de capital fechado, sendo a União detentora de 100% das ações.

A EPL tem por finalidade estruturar e qualificar, por meio de estudos e pesquisas, o processo de planejamento integrado de logística no País, interligando rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias. E tem por objeto social:

I - planejar e promover o desenvolvimento do serviço de transporte ferroviário de alta velocidade de forma integrada com as demais modalidades de transporte, por meio de estudos, pesquisas, construção da infraestrutura, operação e exploração do serviço, administração e gestão de patrimônio, desenvolvimento tecnológico e atividades destinadas à absorção e transferência de tecnologias; e

II - prestar serviços na área de projetos, estudos e pesquisas destinados a subsidiar o planejamento da logística e dos transportes no País, consideradas as infraestruturas, plataformas e os serviços pertinentes aos modos rodoviário, ferroviário, dutoviário, aquaviário e aeroviário.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO E BASE DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

a) As demonstrações contábeis fundamentam-se de acordo com os Padrões Internacionais de Relatórios Financeiros (“IFRSs”), emitidos pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e as práticas adotadas no Brasil – BR GAAP assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC);

b) As Demonstrações Financeiras originam-se de fatos contábeis vinculados ao Princípio do Registro pelo Valor Original e os saldos estão disponibilizados em unidade de Real (R\$ 1), sendo esta a moeda funcional e de apresentação da Empresa;

c) A EPL integra o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, na forma total em relação ao orçamento, conforme disposto na Lei nº 4.320, de 17/03/1964 e aspectos societários da Lei nº 6.404/76 em relação à apresentação das Demonstrações Contábeis, com as alterações promovidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09;



**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2018
2º TRIMESTRE**

d) As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério de liquidez e natureza financeira, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados;

e) Os ativos são demonstrados pelos valores de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo quando aplicáveis os rendimentos e/ou encargos correspondentes, calculados a índices ou taxas oficiais, bem como, os efeitos de ajustes de ativo para valor de mercado ou de realização. Os valores realizáveis ou exigíveis no curso do período subsequente estão classificados como Ativos ou Passivos Circulantes;

f) As provisões para contingências são constituídas nas demonstrações contábeis com base na opinião da Procuradoria Jurídica Geral, quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões classificadas como perdas possíveis pela Procuradoria Jurídica estão divulgadas na nota explicativa nº 3.28 com base na perda histórica, enquanto aquelas classificadas como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação.

NOTA 3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO

3.1 - ATIVO CIRCULANTE

3.1.1 – CRÉDITOS A RECEBER - R\$ 11.310.541, corresponde aos ressarcimentos das licenças ambientais da BR163/MS e BR153/262/MG, em que a Agência Nacional de Transporte Terrestre – ANTT, encaminhou a cobrança as concessionárias, indicando a EPL como beneficiária dos referidos ressarcimentos, o que ocasionou aumento de 1.074% comparado com o saldo em 30/06/2017.

3.1.2 – DESPESAS DIFERIDAS - R\$ 226.817, variação de 325,63% a maior comparado com 2017, refere-se as despesas com pagamento do IPTU e Seguro de Responsabilidade Civil do exercício de 2018, a apropriar nos meses futuros.

3.1.3 - ADIANTAMENTO PARA ACORDOS E TERMOS - redução de 100% referente ao Acórdão 1.320/2017 Plenário, do Tribunal de Contas da União – TCU, que apreciou as contas do Presidente da República do exercício de 2016, o qual recomendou que estes adiantamentos devem ser registrados no Balanço Geral da União – BGU, como despesas no momento do repasse financeiro, e não mais como adiantamentos. A



**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2018
2º TRIMESTRE**

EPL vinha registrando esses adiantamentos no Ativo Circulante, e quando o beneficiário do adiantamento apresentava a comprovação, os mesmos eram baixados das respectivas contas.

3.2 – ATIVO NÃO CIRCULANTE - corresponde às aplicações de recursos recebidos como AFAC em estudos e projetos da EPL e demais recursos para investimento, para aplicação em imobilizado da atividade administrativa, detalhadas a seguir:

3.2.1 – BENS MÓVEIS - R\$ 4.365.132, redução de 29,97%, referente as depreciações realizadas no curso de julho de 2017 a junho de 2018.

3.2.1 – BENS IMÓVEIS – redução total, pois o bem foi depreciado na sua totalidade.

3.2.2 – BENS INTANGÍVEIS – R\$ 36.724.733, corresponde ao saldo de 30/06/2018. Ocorreu uma redução de apenas 19,44% em relação ao trimestre em 2017, devido a alteração do procedimento contábil, bem como o recebimento do software Trimble Quantm Enterprise no início de 2018, no valor de R\$ 5.311.204, além da baixa das licenças de Instalação das BR163/MS e BR153/262MG, entregues as concessionárias vencedoras do leilão.

Desde a Lei nº 12.743, de 19/12/2012, que autorizou a alteração de ETAV para EPL, todos os Estudos e Projetos contratados desde então vinham sendo contabilizados como Ativo Intangível, contudo, no 1º Trimestre de 2017, a empresa de auditoria Independente recomendou que os Estudos e Projetos que não atendessem ao CPC 04 R1, deveriam ser contabilizados como despesa para a União. De imediato a EPL manifestou que estes estudos iriam promover benefícios futuros, e que não deveriam compor despesa operacional. Em resposta, a auditoria independente não acatou a manifestação da EPL, mantendo a recomendação no 3º Trimestre de 2017.

No sentido de unificar o entendimento, foi realizada reunião com a Setorial Contábil da Presidência da República e a Setorial Contábil da Secretaria do Tesouro Nacional, onde foi debatido exaustivamente sobre o reconhecimento como Intangível ou Despesa destes Estudos e Projetos, chegando-se ao mesmo entendimento da auditoria independente.

Seguindo o entendimento do CPC 04 R1, os estudos e projetos ambientais, em que a EPL será ressarcida, com base na Legislação e Contratos de Concessão, continuam contabilizados no Ativo Intangível, pois obedecem a legislação vigente.



**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2018
2º TRIMESTRE**

PASSIVO

4.1 – PASSIVO CIRCULANTE - R\$ 4.474.684, corresponde aos registros contábeis das dívidas da EPL, até 30/06/2018, ocorreu uma redução de 15,05% em relação a 2º trimestre de 2017.

4.1.1 – FORNECEDORES - R\$ 1.013.735, variação a menor de 48,73%, que corresponde ao Termo de Rescisão Unilateral do Contrato Administrativo nº 21/2013, no valor de R\$ 1.187.243, em que pese a análise ser em comparação ao 2º trimestre de 2017, é importante informar que foi realizado encontro de contas no 3º trimestre de 2017.

4.1.2 – SALÁRIOS A PAGAR - R\$ 18.621, redução de 82,98%, que corresponde as rescisões contratuais, apropriadas na competência 06/2018.

4.1.3 – IMPOSTOS E TAXAS A RECOLHER - R\$ 39.957, corresponde a tributação sobre a 1ª Nota Fiscal emitida pela EPL, em junho de 2018.

4.1.4 – PROVISÕES - R\$ 1.689.398, corresponde as provisões trabalhistas efetuadas de acordo com o regime de competência, tendo uma variação negativa de 24,37%, conforme demonstrado abaixo:

TÍTULO	30/06/2018	30/06/2017	VARIAÇÃO %
Provisão Férias + 1/3 e 13º	1.230.419	1.364.251	(9,81)
Provisão INSS s/Férias e 13º	349.932	704.746	(50,35)
Provisão FGTS s/Férias e 13º	109.047	164.672	(33,78)
TOTAL	1.689.398	2.233.670	(24,37)

R\$

4.2 – PASSIVO NÃO CIRCULANTE – 266.625, este grupo é composto pela conta de Provisões para Causas Trabalhistas e Cíveis no total de R\$ 226.625.

4.2.1 – CRÉDITOS PARA AUMENTO DE CAPITAL – redução total do saldo dos Adiantamentos para Aumento de Capital-AFACs, decorrentes de repasses recebidos no período de novembro de 2015 a dezembro de 2016, para aplicação em investimentos, totalizando R\$ 14.682.650, mais a atualização monetária aplicada pela taxa SELIC nos termos do Decreto 6.673/98, que totalizam R\$ 2.048.549, e repasses recebidos em 2017 no valor de R\$ 4.500.000, integralizados na Assembleia Geral Extraordinária – AGE, de 21/03/2018 e na Assembleia Geral Ordinária – AGO, de 17/04/2018.

4.2.2 – PROVISÃO PARA CAUSAS TRABALHISTAS E CÍVEIS – R\$ 266.625, variação de 84,12%, de acordo as informações fornecidas pela Procuradoria Jurídica Geral da EPL, classificando as ações judiciais como prováveis, possíveis ou remoto, reduzindo o quantitativo de ações com pagamento provável, em conformidade

com o CPC 25.

PROCESSO	ORIGEM	30/06/2018	30/06/2017
072590-04.2014.4.01.3400	Cível		1.217.763
001381-03.2014.5.10.0017	Trabalhista		50.000
001429-95.2014.5.10.0005	Trabalhista		40.000
001689-60.2014.5.10.0010	Trabalhista		30.000
001719-71.2014.5.10.0018	Trabalhista	30.000	30.000
000853-38.2015.5.10.0015	Trabalhista		35.870
001045-65.2015.5.10.0016	Trabalhista	37.233	37.233
001235-24.2016.5.10.0006	Trabalhista	80.000	
001017-05.2015.5.10.0008	Trabalhista		35.870
005006-56.2015.5.10.0002	Trabalhista		80.000
005013-88.2015.5.10.0021	Trabalhista	40.000	40.000
000107-42.2016.5.10.0014	Trabalhista		80.000
001612-08.2015.5.10.0013	Trabalhista		2.257
000345-27.2017.5.10.0014	Trabalhista	79.392	
TOTAL		266.625	1.678.996

Em atendimento ao CPC 25 e com base nas informações da Procuradoria Jurídica Geral da EPL, todos os processos judiciais com a situação de possível ou remoto para pagamento foram atualizados até 30/06/2018, que totalizam o valor de R\$ 52.891.395, evidenciados no quadro abaixo:

Processo	Origem	Situação	Valor
001013-11.2016.5.10.0021	Trabalhista	Possível	10.990
001253-24.2016.5.10.0013	Trabalhista	Possível	179.056
001217-91.2016.5.10.0009	Trabalhista	Possível	310.449
001437-71.2016.5.10.0015	Trabalhista	Possível	56.513
001368-27.2016.5.10.0019	Trabalhista	Possível	105.114
001629-28.2016.5.10.0007	Trabalhista	Possível	80.000
001565-76.2016.5.10.0020	Trabalhista	Possível	166.233
000107-47.2017.5.10.0001	Trabalhista	Possível	188.228
000517-93.2017.5.10.0005	Trabalhista	Possível	55.600
000518-57.2017.5.10.0012	Trabalhista	Possível	40.000
000535-72.2017.5.10.0019	Trabalhista	Possível	80.000
000608-92.2017.5.10.0003	Trabalhista	Possível	133.235
001656-38.2017.5.10.0019	Trabalhista	Possível	350.000
001617-77.2017.5.10.0007	Trabalhista	Possível	340.000
000486-74.2016.5.10.0016	Trabalhista	Possível	50.000
000954-32.2016.5.10.0018	Trabalhista	Possível	60.000
000107-42.2016.5.10.0014	Trabalhista	Possível	80.000
000360-92.2018.5.10.0003	Trabalhista	Possível	449.877
000435.80.2018.5.10.0020	Trabalhista	Possível	321.338
1513/2016	Fiscal	Possível	644.370



**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2018
2º TRIMESTRE**

072590-04.2014.4.01.3400	Cível	Possível	1.217.764
005357-53.2015.4.01.3400	Cível	Possível	47.723.500
001262-10.2016.5.10.0005	Trabalhista	Remoto	36.000
000565-61.2017.5.10.0002	Trabalhista	Remoto	45.000
001025-76.2016.5.10.0004	Trabalhista	Remoto	50.000
001070-05.2015.5.10.0008	Trabalhista	Remoto	35.871
001612-08.2015.5.10.0013	Trabalhista	Remoto	2.257
001689-60.2014.5.10.0010	Trabalhista	Remoto	30.000
001381-03.2014.5.10.0017	Trabalhista	Remoto	50.000
TOTAL			52.891.395

4.3 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO - R\$ 63.114.568, ocorreu um aumento de 38,46%, decomposto conforme quadro abaixo:

	30/06/2018	30/06/2017
Capital Social Integralizado	86.341.473	53.492.397
Crédito Aumento do Capital Social - AFAC	9.631.205	0
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-32.858.110	-7.909.346
Total	63.114.568	45.583.051

4.3.1 – CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO – R\$ 86.341.473, aumento do capital social em 61,41%, devido a capitalização no valor de R\$ 17.662.580 por meio da AGE em 21/03/2018 e R\$ 15.186.496 na AGO em 17/04/2018.

4.3.2 – CRÉDITO PARA AUMENTO CAPITAL SOCIAL – R\$ 9.631.205, refere-se aos créditos repassados pela União no exercício de 2018 para utilização em investimentos.

4.3.3 – LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS – R\$ 32.858.110, refere-se ao saldo acumulado até o 2º trimestre do exercício de 2018, sendo o prejuízo do exercício de 2017 no valor de R\$ 12.301.510, os ajustes de exercício anteriores no valor de R\$ 20.017.718, o prejuízo do 1º trimestre de 2018 no valor de R\$ 3.789.978 e lucro do 2º trimestre de 2018 no valor de R\$ 3.251.096, conforme evidenciado abaixo:

	30/06/2018
Prejuízo Exercício de 2017	(12.301.510)
Ajustes de Exercícios Anteriores	(20.017.718)
Prejuízo 1º Trimestre 2018	(3.789.978)
Lucro 2º Trimestre 2018	3.251.096
Total	32.858.110

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

5.1 – RECEITA OPERACIONAL - R\$ 299.767, refere-se a emissão da 1º Nota Fiscal da EPL de Prestação de Serviço de Estudo de Viabilidade Técnica da área BEL05 – Leilão de Cessão de Uso Onerosa de Áreas da Companhia Docas do Pará.

5.2 – DESPESAS OPERACIONAIS - R\$ 28.807.753, todas as despesas correntes são consideradas despesas operacionais/administrativas. Estas despesas variaram 10,87% comparadas às mesmas despesas de 2017, detalhadas a seguir:

5.2.1 – PESSOAL E ENCARGOS - R\$ 16.907.623, corresponde a pagamento de colaboradores, pessoal requisitado com ônus, diretores, conselheiros e todas as despesas indiretas com pessoal, antes classificadas como outros serviços de terceiros. Variação de 11,82% comparado com o trimestre de 2017.

5.2.2 – MATERIAL DE CONSUMO - R\$ 61.840, corresponde a material de expediente, tendo uma variação de 272,22%, comparada com o trimestre de 2017, principal variação ocasionada pela manutenção do gerador da EPL.

5.2.3 – SERVIÇOS DE TERCEIROS - R\$ 5.967.557, nesta rubrica estão alocadas as despesas diretas com manutenção da EPL, ocorreu um aumento de 46,30% comparado a 2017. Principais motivos para o aumento foi contrato de suporte técnico de informática e contrato de apoio administrativo.

5.2.4 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - R\$ 472.532, corresponde a outras despesas com a manutenção da EPL, houve uma redução de 59,07% em relação ao mesmo período de 2017, destacando principalmente as despesas indiretas com pessoal, as quais foram remanejadas para despesa com pessoal.

5.2.5 – DESPESAS TRIBUTÁRIAS - R\$ 80.924, corresponde a pequenas despesas tributárias, destaca-se uma variação de 37,62% inferior ao ano de 2017, com ênfase para o fim da Contribuição Sindical Patronal compulsória ou obrigatória.

5.2.6 – DESPESAS COM DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO - R\$ 2.808.056, corresponde às despesas apropriadas referentes a depreciação dos bens móveis próprios, amortização de bens imóveis de terceiros e amortização de intangíveis. Houve redução de 47,33% considerando que amortização dos estudos ambientais só ocorre na conclusão da Licença de Instalação.

5.2.7 – PROVISÃO PARA CAUSA TRABALHISTAS - R\$ (81.502), corresponde a reversão de provisão de ação trabalhista, devido a alteração da situação



**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2018
2º TRIMESTRE**

de provável para remota, conforme informação da Procuradoria Jurídica da EPL.

5.2.8 – DESPESAS COM INFRAESTRUTURA – R\$ 2.590.723, devido a alteração do critério de reconhecimento do Ativo Intangível, foi criada tal despesa para evidenciar os Estudos e Projetos, não classificados no ativo intangível.

5.3 – RECEITAS/DESPESAS FINANCEIRAS - houve variação negativa de 43,37% comparado com o mesmo período de 2017, detalhada a seguir:

5.3.1 – RECEITAS FINANCEIRAS – R\$ 241.219, variação negativa de 44,87%, obtida pela queda da taxa de rendimento da aplicação financeira.

5.3.2 – DESPESAS FINANCEIRAS – R\$ 497.093, diminuição de 44,10%, considerando o fim da correção sobre o AFAC.

5.4 – SUBVENÇÃO PARA CUSTEIO - R\$ 23.239.216, corresponde as receitas de repasses de subvenções governamentais para manutenção do custeio da unidade. Comparando com o 2º trimestre de 2017, houve acréscimo de 20,43%, gerado pelas despesas com Infraestrutura.

5.5 – ALIENAÇÃO DE BENS - R\$ 4.959.564, corresponde ao ganho sobre o Ressarcimento das Licenças Ambientais entregues pela EPL, em que a Agência Reguladora de Transporte Terrestre – ANTT encaminhou cobrança as Concessionárias indicando a EPL como beneficiária pelo ressarcimento do Estudo Ambiental.

5.6 – MULTA PUNITIVA - R\$ 13.988, corresponde a multa aplicada pela Receita Federal do Brasil – RFB por atraso na entrega da GEFIP da competência 13/2013.

5.7 – RESULTADO ANTES DA CSLL/IRPJ - R\$ (538.882), corresponde ao resultado acumulado antes da Apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social no 2º trimestre de 2018, detalhado a seguir:

5.8 – RESULTADO FINAL DO PERÍODO - R\$ (538.882), corresponde ao prejuízo do 1º e 2º trimestre de 2018. Redução de 92,46% comparado com 2017, ocasionada principalmente pelo reconhecimento das receitas referentes aos ressarcimentos ambientais.